



Bolsas
Na sexta-feira

0,54%

São Paulo

0,34%

Nova York

Pontuação B3
IBOVespa nos últimos dias

206.887

205.430

13/10

14/10

15/10

16/10

Na sexta-feira

R\$ 5,073
(- 0,26%)

Dólar

Últimos

8/outubro

9/outubro

13/outubro

14/outubro

15/outubro

5,024

4,985

5,020

5,028

5,086

Salário mínimo

R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda
na sexta-feira

R\$ 5,703

CDI
Ao ano

13,65%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)

13,57%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Maio/2026

Junho/2026

Julho/2026

Agosto/2026

Setembro/2026

0,58

0,16

0,07

-0,32

0,82



Incertezas na economia

Especialistas consideram vagas as propostas dos presidenciáveis para o ajuste fiscal. Para eles, corte de R\$ 200 bilhões nas contas públicas é muito difícil de ser cumprido a curto prazo. Outras medidas dependem de mudança na Constituição

» ROSANA HESSEL

Até menos de uma semana do segundo turno das eleições presidenciais, a questão fiscal segue ao largo da campanha polarizada dos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL), que evitam explicar de forma clara as medidas que pretendem tomar na área econômica, especialmente para evitar o colapso das contas públicas em 2027 — alertado por especialistas da área. Economistas ouvidos pelo **Correio** apontam problemas nos programas econômicos dos dois candidatos. Avaliam que as propostas são vagas e dificilmente serão mantidas diante de promessas de difícil execução. Nesse sentido, consideram que o “estelionato eleitoral” será inevitável após o resultado das urnas.

“Há apreensão sobre o que exatamente vai ser feito, de fato, porque o que está sendo falado até agora não tem chance de avançar, mas esperamos que tudo seja detalhado depois do fim das eleições”, destacou Alessandra Ribeiro, economista e sócia da Tendências Consultoria. De acordo com ela, as mudanças no discurso de Flávio, que prometeu não mexer no reajuste do Bolsa Família no piso constitucional de gastos para a Saúde e a Educação, acabam limitando o tamanho do corte de mais de R\$ 200 bilhões prometido pela equipe econômica liderada pela ex-presidente da Caixa Econômica Federal Daniella Marques.

Propostas

Na lista de medidas prometidas pelo filho 01 de Jair Bolsonaro, está a de um ajuste fiscal de R\$ 200 bilhões a R\$ 250 bilhões logo no início do governo. E, ao mesmo tempo, um “tesouração” nos impostos, por meio de medidas como a volta da desoneração da folha. Contudo, ao ser questionada pelo **Correio**, a equipe de campanha de Flávio não detalhou nem deu explicações sobre como se concretizará a correção de rumo nas contas públicas.

“E não vão explicar porque, para chegar nesses R\$ 200 bilhões, eles vão ter que mexer com a aposentadoria, com o salário mínimo, com o Benefício de Prestação Continuada (BPC); senão não tem como e não tem de onde tirar nesse Orçamento”, comentou a economista Monica de Bolle, pesquisadora sênior do Peterson Institute for International Economics (PIIE), think-tank baseado em Washington.

Na avaliação da pesquisadora, o candidato bolsonarista utiliza a mesma tática do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Na campanha de 2024, republicano fez promessas semelhantes aos eleitores, que reclamavam da inflação no governo do democrata Joe Biden. Após eleito, observa de Bolle, Trump teria criado uma cortina de fumaça — a guerra no Oriente Médio — para o público geral se esquecer de cobrar. “Flávio está indo para o mesmo caminho, estão tentando fazer a mesma coisa. Só que estão metendo os pés pelas mãos, porque a conta das promessas não fecha de jeito algum”, afirmou.

Expectativas

Mas a conta não fecha tampouco do lado da equipe econômica do

Quadro crítico

Enquanto o governo gasta mais do que arrecada, e a dívida pública não para de crescer, analistas veem que será inevitável um ajuste fiscal em 2027, mas espaço é restrito sem mudanças

RESUMO COMPARATIVO DAS PROPOSTAS

Apesar de os candidatos não explicarem com clareza as medidas que serão implementadas, veja os principais temas dos discursos dos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) para a área fiscal

Tema	Lula X	Flávio
Ajuste fiscal	Gradual	Mais rápido e baseado em "tesouração"
Gastos sociais	Preservar programas sociais	Preservar aposentados e baixa renda
Impostos	Aceita ampliar arrecadação em alguns casos	Rejeita aumento de impostos
Estratégia principal	Combinação de controle de gastos e receitas	Cortes de gastos, desburocratização e redução tributária
Regra fiscal	Manutenção do arcabouço fiscal	Nova regra ancorada na dívida pública

CENÁRIOS

Estimativas da IFI para a dívida pública bruta e o resultado primário do governo federal em três cenários projetados em junho de 2022

DÍVIDA PÚBLICA BRUTA

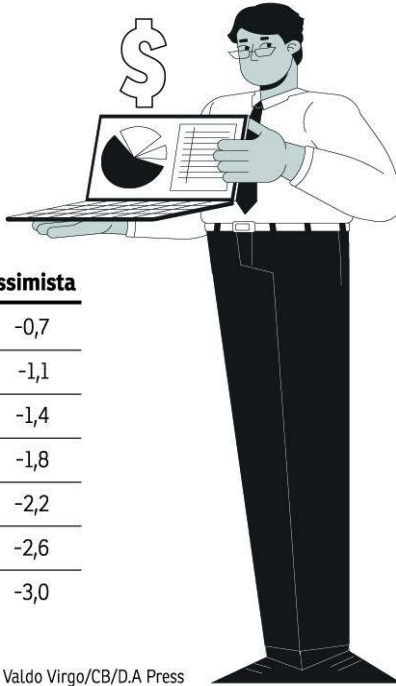
Em % do PIB

Cenário	Base	Otimista	Pessimista
2026	82,5	82,0	82,8
2027	86,4	84,4	88,0
2028	90,1	85,8	93,7
2029	92,7	85,6	99,6
2030	95,7	85,3	106,3
2031	98,6	84,9	113,6
2032	102,0	84,5	113,6

Fontes: Discurso dos candidatos à presidência, Instituição Fiscal Independente (IFI), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Warren Rena

RESULTADO PRIMÁRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

Cenário	Base	Otimista	Pessimista
2026	-0,5	-0,5	-0,7
2027	-0,7	-0,3	-1,1
2028	-0,6	0,1	-1,4
2029	-0,8	0,2	-1,8
2030	-1,1	0,2	-2,2
2031	-1,2	0,4	-2,6
2032	-1,4	0,4	-3,0



Valdo Virgo/CB/D.A Press

NÚMEROS 82,9% do PIB

Tamanho da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em agosto, totalizando R\$ 11,1 trilhões, aumento de 9,4 pontos percentuais acima da taxa de 73,5% do PIB, em dezembro de 2022

100% do PIB

taxa estimada para a dívida pública bruta em 2027 pelo FMI, que tem uma metodologia diferente do Banco Central, porque inclui na conta os títulos do Tesouro na carteira da autoridade monetária

R\$ 195,6 bilhões

Impacto fiscal das medidas agregadas do governo, como aumento de 15% no Bolsa Família, novas modalidades do programa Desenrola, até 2030, estimado pela Warren Rena

92%

Participação das despesas obrigatórias no total dos gastos primários do governo, o que impede qualquer corte sem mudança constitucional

R\$ 221 bilhões

Valor previsto para as despesas discricionárias (não obrigatórias) e que podem ser cortadas, e onde está o Bolsa Família

ajustes mais significativos via mudança da regra do salário mínimo e nos pisos constitucionais da Saúde e da Educação. Essas medidas, no entanto, só poderão ocorrer por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, é taxativo ao comentar a dificuldade da realização das promessas do senador do PL. “Essa proposta de cortar mais de R\$ 200 bilhões não para em pé, porque o governo não tem onde cortar esse montante”, frisou. Ele lembrou que esse montante é praticamente o volume de gastos discricionários (não obrigatórios) previsto na Proposta Orçamentária Anual (Ploa) de 2027. “E gasto obrigatório é, basicamente, gasto social. Logo, não vai ser tão simples fazer cortes nessa área, a não ser que ele faça o que já se vem pedindo há muito tempo, como os ajustes nos pisos constitucionais de Saúde e Educação, no salário mínimo, na Previdência”, destacou.

Conforme dados do Ploa de 2027, estão previstos R\$ 221 bilhões em despesas primárias discricionárias — exceto as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) —, dado que apresenta aumento de 16,6% em relação aos valores do Ploa de 2026, de R\$ 190,1 bilhões.

O quadro atual revela, de acordo com Vale, que o tamanho do ajuste fiscal necessário exigirá até aumento de imposto em vez dos cortes da promessa de Flávio. Aliás, ele destacou que o corte precisará ser muito bem feito para evitar um desequilíbrio fiscal ainda maior. “Infelizmente, se esse corte de imposto não for bem calibrado, ele vai gerar um quadro fiscal ainda mais tortuoso. Espero que seja só discurso pré-eleitoral, mas o estelionato eleitoral vai necessariamente acontecer depois, e o mercado vai estressar, assim como tem reagido com o Lula”, disse.

Inspiração

Vale também destacou que a proposta bolsonarista repete medidas adotadas por Trump, que cortou imposto esperando gerar crescimento nos EUA, “mas isso não aconteceu”. Conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB dos EUA cresce graças aos investimentos em datcenters para atender às demandas de processamento da IA.

Os analistas reconhecem que a carga tributária cresceu muito nos últimos anos, até atingir 34,2% do PIB, em 2025, maior patamar da história, após aumento de tributos, como o Imposto sobre Operações Financeira (IOF) — que tem ajudado a impulsionar a arrecadação.

Contudo, devido ao aumento sucessivo de gastos, o governo segue sem adotar medidas mais contundentes para melhorar a qualidade dos gastos — algo que o governo anterior também prometeu e não conseguiu, e piorou o quadro para o governo atual ao pedalar precatórios (dívidas judiciais que não cabem recursos).

Apesar de as receitas batendo recorde mês, o resultado primário das contas públicas segue negativo, e, pelas estimativas do cenário base da Instituição Fiscal Independente (IFI), haverá rombo fiscal até 2036.

Washington Costa/MF



O ministro da Fazenda, Dario Durigan, coordena campanha do PT

governo Lula, que prometeu entregar um superavit primário de R\$ 18,6 bilhões no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2027 enviado ao Congresso no fim de agosto. Mas isso só ocorrerá após abatimentos de mais de R\$ 64 bilhões em despesas — estimadas antes dos aumento de gastos dos novos programas anunciados por Lula na campanha eleitoral. A partir do próximo ano, terão impacto nas contas públicas fatores como o reajuste de 15% no Bolsa Família, o novo Desenrola, o novo piso para o Microempreendedor Individual (MEI), os subsídios para os combustíveis, além do fim das bets. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, é o principal nome do governo

Lula na área econômica.

Na proposta da campanha à reeleição do petista, contudo, ainda não há um detalhamento de medidas de ajuste fiscal, e as fontes de recursos para custear as medidas recentes não estão muito claras. Além disso, Lula não anunciou um nome de peso para a área econômica para recuperar a credibilidade fiscal, especialmente junto aos principais credores da dívida pública — o setor financeiro.

Pelas estimativas de Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, as novas medidas do governo exigem um ajuste fiscal maior após as eleições. “Os efeitos fiscais agregados podem

chegar a R\$ 43,6 bilhões, em 2027, e a R\$ 195,6 bilhões, até 2030”, escreveu o analista em relatório aos clientes. Ele lembrou que, neste ano, o reajuste do Bolsa Família tem efeito de R\$ 6 bilhões a partir de segunda-feira (19) até 31 de dezembro.

A economista Alessandra Ribeiro, da Tendências, também demonstrou preocupação com a falta de explicações para cumprir o corte de mais de R\$ 200 bilhões nos gastos. “Vai ser difícil fazer um ajuste rápido”, disse. “Tentar repetir as medidas como a arrecadação com privatizações e venda de imóveis da União é, na nossa avaliação, pouquíssimo factível. A receita pouca nesse lado. Por isso, faltam

detalhes e clareza”, lamentou.

Ribeiro reconheceu que há dúvidas em relação à viabilidade do ajuste. O senador afirmou que não vai mexer no Bolsa Família, nem no ganho real do salário mínimo e a vinculação desse aumento com os benefícios previdenciários, que compromete o ajuste fiscal prometido. “Vai ser difícil fechar a conta no sentido de produzir um ajuste fiscal rápido e consistente que estabilize a dívida pública num prazo rápido”, comentou.

O consenso entre analistas é de que, diante do engessamento orçamentário, para conseguir um corte de R\$ 200 bilhões, será necessário congelar alguns gastos em relação à execução deste ano. E fazer

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Daniella Marques, ex-presidente da Caixa, é a referência para o PL